



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GERÊNCIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO À SAÚDE
GERÊNCIA OPERACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

**EQUIPE DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS
TERAPÊUTICAS APLICÁVEIS À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL
EM CONFLITO COM A LEI — EAP DESINST./PB**

OFÍCIO 204/2026

João Pessoa/PB, 05 de outubro de 2026.

Assunto: Fluxo de Acompanhamento das Pessoas Privadas de Liberdade

Prezada,

Cumprimentando-a cordialmente, a Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP Desinst./PB), no exercício de suas atribuições e competências, vem, por meio deste, em atendimento à solicitação, encaminhar o Fluxo de Acompanhamento das Pessoas Privadas de Liberdade, conforme documento anexo.

Ressalta-se que o referido fluxo apresenta, de forma geral, as principais etapas que orientam a atuação da EAP Desinst./PB. A condução do acompanhamento, contudo, é definida a partir da avaliação de cada situação, considerando as singularidades e necessidades identificadas, mediante avaliação diagnóstica, realização de entrevistas e elaboração de relatório de avaliação biopsicossocial, bem como a articulação com a rede de atenção à saúde e demais políticas públicas, quando pertinente.

Destaca-se, ainda, que o desenvolvimento das etapas previstas no fluxo pode demandar a interlocução com os serviços territoriais e o aguardo de suas respectivas devolutivas, de modo a subsidiar a definição das estratégias de cuidado, encaminhamentos e demais providências necessárias à continuidade do acompanhamento de cada caso.

Atenciosamente,



Renata Rayanne da Silva
Assistente Social
CRESS 7081 - 13ª Região PB

Renata Rayanne da Silva
Assistente Social • CRESS/PB 7081
Coordenadora EAP Desinst./PB

Fluxo de Acompanhamento das Pessoas Privadas de Liberdade - EAP Desinst./PB



CARTILHA ORIENTADORA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 89/2026

Fluxos da Política Antimanicomial do
Poder Judiciário do Estado da Paraíba



Grupo de Monitoramento e Fiscalização do
Sistema Carcerário e Socioeducativo



Tribunal de Justiça da Paraíba



FLUXO PARA ATENDIMENTO EM CRISE EM SAÚDE MENTAL DURANTE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

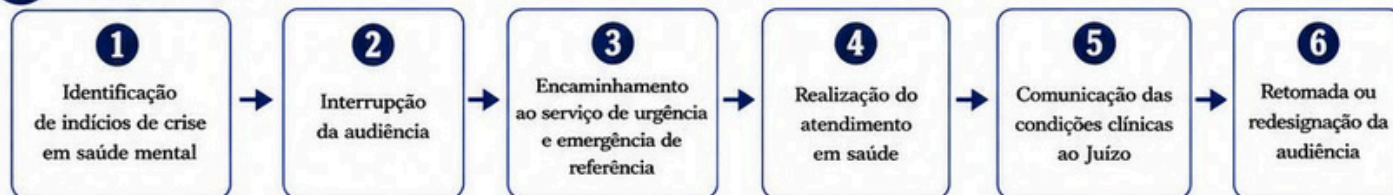
A crise em saúde mental exige resposta imediata da rede de urgência e emergência, com prioridade para a proteção da vida e da integridade física e psíquica da pessoa.

1 SITUAÇÃO

Pessoa apresentada em audiência de custódia que apresenta indícios de crise em saúde mental.

Quando a situação de crise impedir a realização ou o prosseguimento adequado da audiência, o ato deverá ser interrompido para viabilizar o encaminhamento ao serviço de saúde de referência. Após o atendimento e a estabilização clínica, as condições da pessoa deverão ser comunicadas ao Juízo para avaliação da retomada ou da redesignação da audiência.

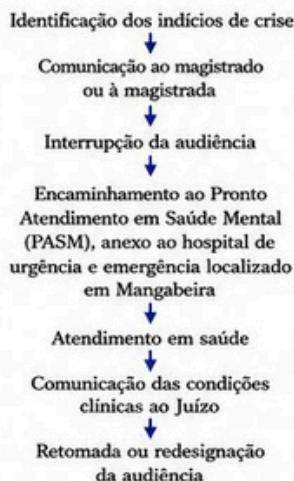
2 FLUXO GERAL



3 REFERÊNCIAS TERRITORIAIS

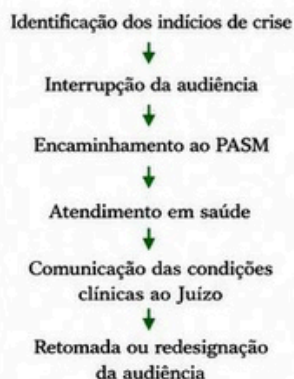
1 JOÃO PESSOA

Em João Pessoa, o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) realiza atendimento prévio à audiência de custódia e poderá identificar indícios de crise em saúde mental. Identificados os indícios de crise, o APEC deverá comunicar a situação ao magistrado ou à magistrada responsável pela audiência.



2 REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA ABRANGIDA PELO PASM

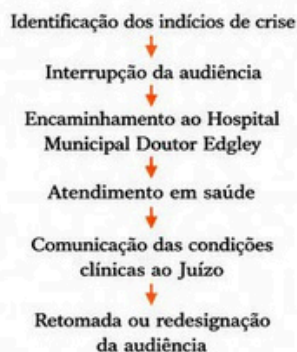
Nos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa abrangidos pelo PASM, deverão ser observadas as seguintes etapas:



A relação dos municípios abrangidos deverá ser consultada no anexo específico da cartilha.

3 CAMPINA GRANDE E MUNICÍPIOS PACTUADOS COM CAMPINA GRANDE

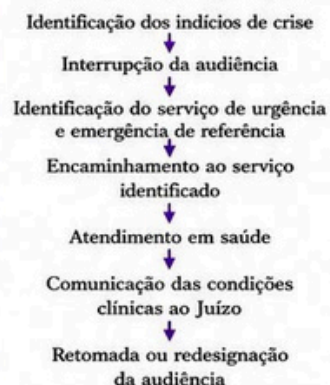
Em Campina Grande e nos municípios pactuados com Campina Grande, o atendimento deverá ocorrer no Hospital Municipal Doutor Edgley. A pactuação específica prevalece sobre a divisão por Macrorregião de Saúde e alcança municípios da Primeira, da Segunda e da Terceira Macrorregiões de Saúde.



4 DEMAIS MUNICÍPIOS NÃO ABRANGIDOS PELO PASM NEM PELA PACTUAÇÃO COM CAMPINA GRANDE

Nos demais municípios não abrangidos pelo PASM nem pela pactuação com Campina Grande, o atendimento deverá ocorrer no serviço de urgência e emergência de referência para o município ou para a respectiva Região de Saúde.

A relação dos municípios abrangidos pelo PASM e dos municípios pactuados com Campina Grande deverá ser consultada nos anexos específicos da cartilha.



4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS SEM O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA

O APEC está disponível apenas em João Pessoa. Nas demais comarcas, a ausência desse serviço não impede a identificação da crise em audiência de custódia. Em caso de crise em saúde mental, o magistrado ou a magistrada deverá interromper a audiência e encaminhar a pessoa ao serviço de urgência e emergência de referência para a respectiva Região ou Macrorregião de Saúde, conforme o fluxo previsto na cartilha.



Interromper a audiência



Identificar o serviço de urgência e emergência de referência



Determinar o encaminhamento da pessoa



Aguardar comunicação das condições clínicas



Avaliar a retomada ou a redesignação da audiência

5 PLANTÃO JUDICIÁRIO

Nas audiências de custódia realizadas durante o plantão judiciário, deverá ser observado o mesmo fluxo territorial.

A audiência será conduzida pelo magistrado ou pela magistrada plantonista, que deverá determinar o encaminhamento ao serviço de urgência e emergência correspondente ao local em que a pessoa foi apresentada.

FLUXO PARA CASOS COM INDÍCIOS DE TRANSTORNO MENTAL OU DEFICIÊNCIA PSICOSSOCIAL SEM CRISE AGUDA

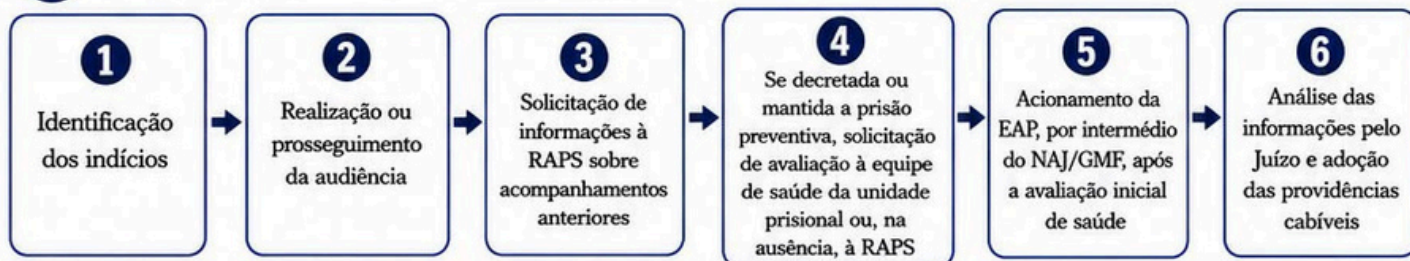
Na ausência de crise aguda, a audiência pode ser realizada, devendo ser adotadas providências para reunir informações de saúde, avaliar a necessidade de cuidado e subsidiar a decisão judicial.

1 SITUAÇÃO

Pessoa apresentada em audiência de custódia ou em outro ato processual com indícios de transtorno mental ou deficiência psicossocial, sem sinais de crise aguda.

Nessa hipótese, não há necessidade de encaminhamento imediato a serviço de urgência e emergência. Devem ser buscadas informações sobre histórico de cuidado em saúde mental e, se houver decretação ou manutenção da prisão preventiva, assegurada avaliação pela equipe de saúde da unidade prisional ou, na ausência desta, pela RAPS do território. A EAP poderá ser acionada, por intermédio do NAJ/GMF, após a avaliação inicial de saúde.

2 FLUXO GERAL



3 PROVIDÊNCIAS E PONTOS DE ATENÇÃO

1 INFORMAÇÕES A SEREM BUSCADAS

- Registros de acompanhamento na RAPS
- Prontuários e relatórios existentes
- Histórico clínico e terapêutico
- Informações da equipe de saúde da unidade prisional, quando houver

2 ATUAÇÃO DA EAP

A EAP realiza avaliação biopsicossocial da pessoa privada de liberdade, articula o cuidado com a rede de saúde e oferece subsídios técnicos ao Juízo.

Acionamento via NAJ/GMF

Avaliação da pessoa privada de liberdade

Articulação com a RAPS e outros pontos de cuidado

Devolutiva técnica ao Juízo

3 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A EAP não substitui a equipe de saúde da unidade prisional, a RAPS ou a perícia judicial.
- O acionamento da EAP pressupõe avaliação inicial da equipe de saúde da unidade prisional ou, na ausência, da RAPS.
- Sempre que possível, essa avaliação deve anteceder a instauração do incidente de insanidade mental.
- O incidente de insanidade mental pode ser instaurado a qualquer tempo, conforme avaliação judicial.

4 COMARCAS SEM APEC

A inexistência de APEC não impede a identificação dos indícios nem a adoção das providências cabíveis. O magistrado ou a magistrada poderá solicitar as informações pertinentes, determinar avaliação pela equipe de saúde da unidade prisional ou pela RAPS e, quando cabível, acionar a EAP por intermédio do NAJ/GMF.



Identificar os indícios



Solicitar informações de saúde



Determinar avaliação inicial



Acionar a EAP via NAJ/GMF



Deliberar com base nos elementos técnicos

5 PONTO DE ATENÇÃO

A ausência de crise aguda não afasta a necessidade de monitoramento. Se, a qualquer momento, houver agravamento do quadro ou instalação de crise, deverá ser observado o fluxo específico de atendimento em crise em saúde mental.

GMF

GRUPO DE MONITORAMENTO
E FISCALIZAÇÃO
DO SISTEMA CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO



Tribunal de
Justiça da
Paraíba

FLUXO PARA INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

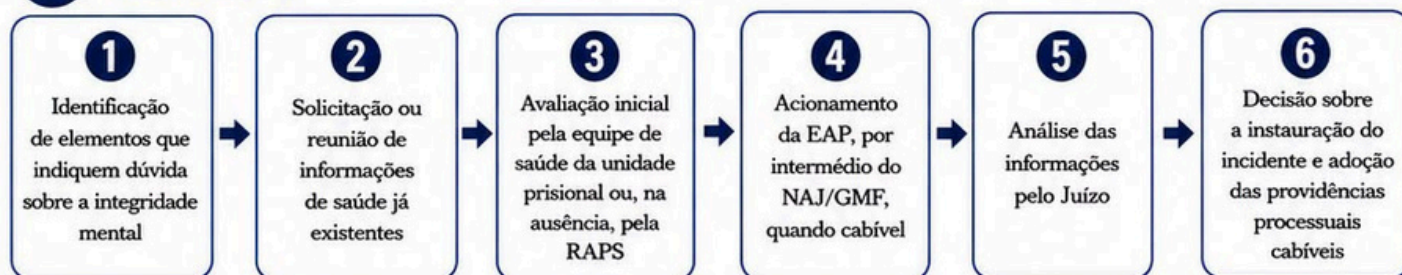
O incidente de insanidade mental pode ser instaurado a qualquer tempo, quando houver dúvida fundada sobre a integridade mental da pessoa, devendo ser observadas, sempre que possível, providências prévias para reunir informações de saúde e subsidiar a decisão judicial.

1 SITUAÇÃO

Pessoa apresentada em audiência de custódia, no curso do processo de conhecimento ou na execução penal, com elementos que suscitem dúvida sobre sua integridade mental.

Nessa hipótese, o Juízo poderá avaliar a necessidade de instauração do incidente de insanidade mental. Sempre que possível, devem ser reunidas informações de saúde e assegurada avaliação inicial pela equipe de saúde da unidade prisional ou, na ausência desta, pela RAPS do território. A EAP poderá ser acionada, por intermédio do NAJ/GMF, para avaliação biopsicossocial e oferta de subsídios técnicos ao Juízo.

2 FLUXO GERAL



3 PREMISSAS E PONTOS DE ATENÇÃO

1 INFORMAÇÕES QUE PODEM SUBSIDIAR A DECISÃO

- Registros de acompanhamento na RAPS
- Prontuários, relatórios e laudos existentes
- Histórico clínico e terapêutico
- Informações da equipe de saúde da unidade prisional, quando houver
- Subsídios técnicos da EAP, quando acionada

2 ATUAÇÃO DA EAP

A EAP realiza avaliação biopsicossocial da pessoa privada de liberdade, articula o cuidado com a rede de saúde e oferece subsídios técnicos ao Juízo. Sua atuação não substitui a perícia judicial.

Acionamento via NAJ/GMF

Avaliação da pessoa privada de liberdade

Articulação com a RAPS e outros pontos de cuidado

Devolutiva técnica ao Juízo

3 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- O incidente de insanidade mental pode ser instaurado a qualquer tempo, conforme avaliação judicial.
- Sempre que possível, a avaliação inicial de saúde deve anteceder sua instauração.
- A EAP não substitui a equipe de saúde da unidade prisional, a RAPS nem a perícia judicial.
- A existência de agravamento do quadro ou de crise em saúde mental exige observância do fluxo específico de atendimento em crise.

4 AUSÊNCIA DE EQUIPE DE SAÚDE DA UNIDADE PRISIONAL

A ausência de equipe de saúde da unidade prisional não impede a adoção das providências cabíveis. Nessa hipótese, o magistrado ou a magistrada poderá solicitar avaliação inicial à RAPS do território, reunir as informações disponíveis e, quando cabível, acionar a EAP por intermédio do NAJ/GMF.



1
Identificar os indícios



2
Solicitar informações de saúde



3
Determinar avaliação inicial pela RAPS



4
Acionar a EAP via NAJ/GMF



5
Deliberar com base nos elementos técnicos

5 PONTO DE ATENÇÃO

O incidente de insanidade mental tem finalidade processual e não substitui o cuidado em saúde. A pessoa deverá ser acompanhada pela rede de atenção psicossocial e, se houver crise aguda, deverá ser observado o fluxo específico de urgência e emergência em saúde mental.

FLUXO PARA MEDIDAS DE SEGURANÇA

As medidas de segurança devem ser executadas com prioridade para o cuidado em liberdade, com articulação com a Rede de Atenção Psicossocial, avaliação clínica individualizada e acompanhamento contínuo do caso. Na Paraíba, após a decretação da medida de segurança, o processo é encaminhado à EAP-desinst/PB, responsável pela avaliação biopsicossocial, articulação com a rede de cuidado e monitoramento da implementação do Projeto Terapêutico Singular.

1 SITUAÇÃO

Pessoa absolvida imprópriamente ou em cumprimento de medida de segurança, com necessidade de definição ou acompanhamento do cuidado em saúde mental.

A decisão judicial deverá considerar a avaliação biopsicossocial, o relatório multiprofissional e o Projeto Terapêutico Singular, quando existente. Na Paraíba, após a decretação da medida de segurança, o processo é encaminhado à EAP-desinst/PB, que realiza avaliação biopsicossocial, articula com os serviços da Rede de Atenção Psicossocial e com demais políticas públicas pertinentes ao caso, além de monitorar a implementação do Projeto Terapêutico Singular.

2 FLUXO GERAL



3 PREMISSAS E PONTOS DE ATENÇÃO

1 TRATAMENTO AMBULATORIAL

- Deve ser priorizado em relação à internação.
- Deve ser articulado com a RAPS do território de residência da pessoa.
- O juízo não deve impor à pessoa o ônus de comprovar futuramente, nos autos, a realização do tratamento.
- Eventuais interrupções devem ser compreendidas no contexto do cuidado em saúde mental.
- A ausência de suporte familiar não justifica a imposição de internação.

2 ATUAÇÃO DA EAP-DESINST/PB

A EAP-desinst/PB recebe o processo após a decretação da medida de segurança, realiza avaliação biopsicossocial, articula o cuidado com a rede de saúde e com outras políticas públicas pertinentes e oferece subsídios técnicos ao Juízo.



3 INTERNAÇÃO EXCEPCIONAL

- Somente em hipóteses absolutamente excepcionais.
- Deve ser prescrita ou previamente indicada por equipe de saúde.
- Apenas quando não cabíveis ou insuficientes outras medidas.
- Deve integrar o Projeto Terapêutico Singular como recurso terapêutico temporário.
- Deve ocorrer em leito de saúde mental em hospital geral ou em outro equipamento referenciado pela RAPS.
- É vedada a colocação ou manutenção da pessoa em unidade prisional, inclusive enfermaria, ou em instituição com características asilares.

4 ACOMPANHAMENTO DA INTERNAÇÃO, QUANDO EXCEPCIONALMENTE INDICADA

O juízo deverá acompanhar a internação mediante interlocução constante com a equipe do estabelecimento de saúde e com a EAP-desinst/PB, visando à atualização do Projeto Terapêutico Singular, à avaliação da possibilidade de substituição por tratamento ambulatorial e à eventual extinção da medida.



5 PONTO DE ATENÇÃO

O cuidado deve ser orientado pela lógica do **cuidado em liberdade**. A medida de segurança de tratamento ambulatorial deve ser **priorizada**.

A medida de segurança de internação somente deve ser definida com base em **critérios clínicos**.

O magistrado ou a magistrada **não deve fixar prazo de duração** da internação como recurso terapêutico.

A manutenção da internação depende **exclusivamente da avaliação da equipe de saúde** e apenas enquanto necessária ao restabelecimento da saúde da pessoa.

O eventual prazo fixado na sentença **não vincula** o período de manutenção da internação.

FLUXO PARA NECESSIDADE DE TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA

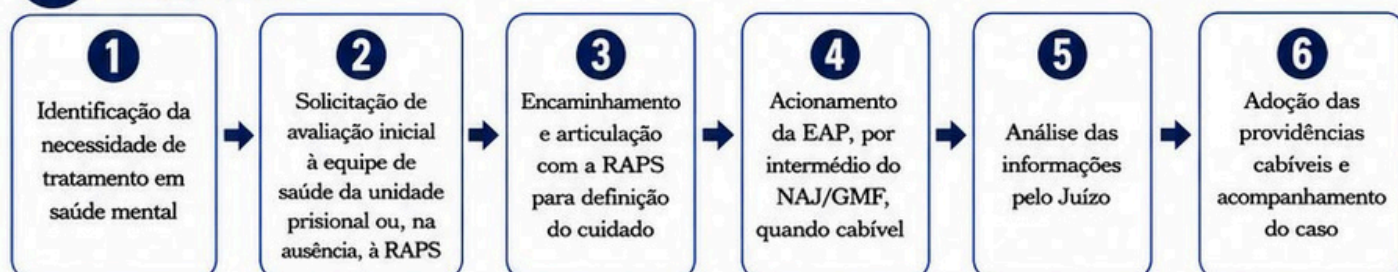
A identificação de necessidade de cuidado em saúde mental durante a execução da pena exige articulação com a rede de atenção psicossocial, avaliação das condições de saúde e adoção de providências compatíveis com a situação concreta, com prioridade para o cuidado em saúde e para a continuidade do acompanhamento.

1 SITUAÇÃO

Pessoa privada de liberdade, em cumprimento de pena, que apresente necessidade de tratamento em saúde mental, sem sinais de crise aguda.

Nessa hipótese, devem ser acionados os serviços de saúde competentes para avaliação e cuidado. A equipe de saúde da unidade prisional, quando houver, ou, na sua ausência, a RAPS do território, deverá realizar avaliação inicial. Quando cabível, a EAP poderá ser acionada, por intermédio do NAJ/GMF, para avaliação biopsicossocial, articulação do cuidado e oferta de subsídios técnicos ao Juízo.

2 FLUXO GERAL



3 PROVIDÊNCIAS E PONTOS DE ATENÇÃO

1 CUIDADOS A SEREM ASSEGURADOS

- Avaliação inicial de saúde mental
- Articulação com a RAPS do território
- Definição do serviço de referência para o cuidado
- Registro das informações relevantes nos autos
- Comunicação ao Juízo sobre o acompanhamento

2 ATUAÇÃO DA EAP

A EAP realiza avaliação biopsicossocial da pessoa privada de liberdade, articula o cuidado com a rede de saúde e oferece subsídios técnicos ao Juízo.

Acionamento via NAJ/GMF
↓
Avaliação da pessoa privada de liberdade
↓
Articulação com a RAPS e outros pontos de cuidado
↓
Devolutiva técnica ao Juízo

3 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A EAP não substitui a equipe de saúde da unidade prisional, a RAPS ou a perícia judicial.
- A necessidade de tratamento em saúde mental não se confunde, por si só, com incidente de insanidade mental.
- Sempre que possível, o cuidado deve ser articulado com a rede territorial de saúde.
- Havendo agravamento do quadro ou instalação de crise, deve ser observado o fluxo específico de atendimento em crise em saúde mental.

4 AUSÊNCIA DE EQUIPE DE SAÚDE DA UNIDADE PRISIONAL

A ausência de equipe de saúde da unidade prisional não impede a adoção das providências cabíveis. Nessa hipótese, o Juízo poderá solicitar avaliação inicial à RAPS do território, determinar os encaminhamentos de saúde pertinentes e, quando cabível, acionar a EAP por intermédio do NAJ/GMF.



5 PONTO DE ATENÇÃO

O reconhecimento da necessidade de tratamento em saúde mental durante a execução da pena exige acompanhamento contínuo do caso. Se houver agravamento do quadro ou instalação de crise, deverá ser observado o fluxo específico de urgência e emergência em saúde mental.

QUANDO ACIONAR A EQUIPE DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS TERAPÊUTICAS APLICÁVEIS À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI

O acionamento deverá ocorrer por intermédio do Núcleo de Analistas Judiciários do Tribunal de Justiça da Paraíba.

1 PERGUNTA INICIAL

Há necessidade de avaliação biopsicossocial mais aprofundada, articulação do cuidado em saúde mental ou acompanhamento das medidas terapêuticas?

2 SITUAÇÕES EM QUE A EQUIPE PODE SER ACIONADA



3 FORMA DE ACIONAMENTO



4 ALERTAS E LIMITES DE ATUAÇÃO



SITUAÇÃO DE CRISE EM SAÚDE MENTAL

A equipe não constitui serviço de urgência e emergência. Em situação de crise em saúde mental, o atendimento deverá ocorrer imediatamente no serviço de urgência e emergência correspondente ao fluxo territorial aplicável. Após a estabilização clínica, a equipe poderá ser acionada quando houver necessidade de avaliação biopsicossocial, articulação do cuidado territorial ou acompanhamento das medidas terapêuticas.



LIMITES DE ATUAÇÃO

A equipe não substitui:

- a Rede de Atenção Psicossocial e os serviços responsáveis pela execução do cuidado
- a equipe de saúde da unidade prisional
- a perícia oficial
- a competência decisória do magistrado ou da magistrada

Não compete à equipe:

- realizar perícia médico-legal
- definir a imputabilidade penal
- determinar o tratamento
- executar diretamente o tratamento
- atuar como porta de entrada para situações de crise em saúde mental

ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS AO NÚCLEO DE ANALISTAS JUDICIÁRIOS (NAJ/GMF)

1 DESCRIÇÃO OBJETIVA



Sempre que houver necessidade de atuação do Núcleo de Analistas Judiciários (NAJ/GMF), o encaminhamento do processo deverá ocorrer exclusivamente pelos sistemas processuais oficiais, observando o rito próprio de cada plataforma.

- Processos em trâmite no **SEEU** deverão ser remetidos diretamente ao Núcleo de Analistas Judiciários.
- Processos em trâmite no **PJe** deverão ser encaminhados por meio de expediente de comunicação dirigido ao Núcleo de Analistas Judiciários do Estado da Paraíba, conforme procedimento descrito ao lado.
- Quando a demanda possuir caráter prioritário, essa informação deverá constar expressamente no expediente.



O NAJ NÃO RECEBE SOLICITAÇÕES POR MALOTE DIGITAL OU E-MAIL.

2 FLUXOGRAMA



3 PONTOS DE ATENÇÃO

- O encaminhamento correto do processo pelos sistemas oficiais assegura a rastreabilidade, a segurança da informação e a adequada distribuição das demandas ao NAJ.
- Sempre que possível, o expediente deverá indicar de forma clara e objetiva a finalidade do encaminhamento (por exemplo: acionamento da EAP, agendamento de exame de insanidade mental, solicitação de informações técnicas ou outra providência prevista nesta cartilha).
- Havendo prioridade legal ou processual, essa informação deve constar expressamente no expediente.



**NAJ não recebe
solicitações por
malote digital
ou e-mail.**



Este fluxo orienta o procedimento de encaminhamento de processos ao NAJ/GMF.
Em caso de dúvidas, consulte os fluxos correspondentes nesta cartilha e os anexos.